



**e-cadernos ces**

10 | 2010

**Debates contemporâneos: Jovens cientistas sociais  
no CES**

---

## Introdução

**Marta Araújo, Laura Centemeri, Marisa Matias and Ana Cordeiro Santos**

---



**Publisher**

Centro de Estudos Sociais da Universidade  
de Coimbra

**Electronic version**

URL: <http://eces.revues.org/598>

ISSN: 1647-0737

**Electronic reference**

Marta Araújo, Laura Centemeri, Marisa Matias e Ana Cordeiro Santos, « Introdução », *e-cadernos ces* [Online], 10 | 2010, colocado online no dia 01 Dezembro 2010, consultado a 02 Outubro 2016. URL : <http://eces.revues.org/598>

---

The text is a facsimile of the print edition.



# Introdução

Em 2005, o CES deu início a um projecto a que designou Ciclo Anual Jovens Cientistas Sociais. Colocar em diálogo os trabalhos e as experiências desses jovens oriundos de outros centros de investigação e universidades com aquele desenvolvido pelos investigadores do Centro de Estudos Sociais, foi o objectivo primordial deste projecto. A sua consolidação ao longo dos últimos anos abriu novas portas. O objectivo do ciclo manteve-se, mas as disciplinas foram alargadas para lá das ciências sociais, ainda que estas tenham continuado a ser o campo privilegiado de análise. O modelo também se manteve, mas passaram a ser incluídos - ainda que com menor peso, e apenas a partir da edição 2009-2010 - jovens cientistas do Centro de Estudos Sociais, desta feita comentados por investigadores de outros centros de investigação e universidades. A linha orientadora permanece: divulgar o trabalho de jovens investigadores, promover a colaboração inter-institucional, reforçar a visibilidade dos trabalhos desenvolvidos no domínio das ciências sociais, ampliar o seu carácter transdisciplinar e interdisciplinar e favorecer o diálogo com outros actores e com outros saberes, em consonância com o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no Centro de Estudos Sociais. Em suma, conhecimento situado, diálogo e cruzamento de experiências continuaram a ser os fios condutores desta trajectória, procurando sempre o reforço da visibilidade das ciências sociais e humanas.

A publicação que aqui apresentamos reúne textos dos ciclos realizados entre 2007 e 2010 (Ciclos Anuais III, IV e V). Os sete contributos passaram por um rigoroso processo de arbitragem científica, pelo que os textos aqui reproduzidos não só beneficiaram dos comentários que os autores receberam nas suas apresentações, mas também das críticas e sugestões dos avaliadores anónimos.

## **Organização deste número**

Os contributos aqui apresentados enquadram-se disciplinarmente na Sociologia, Cultura Portuguesa, Estudos Literários, Ciência Política e na Ecologia. Não se trata apenas de um conjunto de textos que nos permitem problematizar, a partir de

diferentes perspectivas teóricas, vários objectos de estudo e processos, mas também de textos que incidem sobre diferentes unidades de análise, sejam eles o texto literário ou a vida numa fábrica. Parte-se igualmente de ‘geografias’ distintas, dos ecossistemas da Ria de Aveiro ou do agro-silvo-pastoril do montado português até ao contexto europeu. Partilham-se reflexões em torno de domínios profissionais distintos, neste caso concretizados nos campos da clínica médica ou das artes performativas. Não sendo possível, nem neste caso desejável, encontrar um fio condutor que nos permita ler o conjunto dos textos aqui apresentados – essa linearidade seria a antítese dos pressupostos associados à organização destes ciclos anuais – é, contudo, possível encontrar pontos de contacto entre os vários contributos. Diferentes processos de incorporação e práticas de inscrição aparecem ao longo dos textos, assim como diferentes leituras de vulnerabilidade e de incerteza, de padronização ou de ‘exemplaridade’.

Bruno Monteiro apresenta-nos um detalhado estudo de caso que problematiza os efeitos da modernização e das novas tecnologias nas vivências e incorporações dos operários de uma fábrica de móveis em Portugal. Num contexto marcado pela introdução e dominação de novas estratégias empresariais orientadas para a maximização da produtividade e da redução dos ‘custos com pessoal’, é na realidade da fábrica enquanto universo existencial e configuração de poder, que encontramos os dilemas dos operários ante a transformação profunda do processo produtivo e as implicações daí decorrentes. Partindo de uma perspectiva ‘incarnada’ e contextualizada do mundo social, Bruno Monteiro mostra-nos como o ‘saber de cor’ dos operários desta fábrica resiste e é posto à prova; ele leva-nos aos meandros do ‘aprender a arte’ de ser marceneiro e às transformações impostas (‘hoje as pessoas sabem mais de máquinas’), às hierarquias e solidariedades dos trabalhadores no interior da fábrica ou ao diluir progressivo do trabalho artesanal. O texto percorre ainda as contradições entre o discurso gestor e a ‘economia moral do chão da fábrica’, as narrativas de ‘perda de amor ao trabalho’, a manifestação da condição operária no próprio corpo dos operários e o entendimento de processos que vão da submissão a uma experiência progressiva de despossessão.

Tendo como referencial o barco moliceiro e suas inscrições, Clara Sarmiento confronta-nos com um processo de invenção e reinvenção da cultura portuguesa no contexto da região de Aveiro. Ao longo de um século, é possível verificar que essas inscrições e textos pintados nos barcos são o produto de redes de circunstância, traduzindo uma dialéctica entre o discurso oficial e a sua função social, económica e simbólica, e gerando um imaginário histórico que se constitui como ‘inventário’. De

'ferramenta agrícola' a atracção turística, a função do moliceiro alterou-se profundamente nas últimas décadas. A 'tradição' foi sistematicamente adaptada às diferentes realidades sociais e às novas funções económicas. Partindo de cinco categorias de inscrições – jocosas, religiosas, sociais, históricas e lúdicas –, Clara Sarmiento mostra como os painéis do moliceiro se configuram num álbum de imagens que expressam uma visão do mundo que reflecte o controlo social e político, e de uma forma mais vincada durante a vigência do Estado Novo. A autora sugere ainda que a autenticidade encenada pode ocasionalmente levar ao renascimento cultural das tradições, à renovação da identidade local ou até mesmo à invenção de novas tradições e identidades. Através de painéis onde só 'cabe' o povo ou a burguesia, este texto ilustra ainda 'espaços de negociação' entre valores culturais e ideológicos, entre dominação e subordinação, não sem laivos de contestação.

Anabela Marisa Azul propõe-nos uma caracterização do sobreiro e do montado do sobro em Portugal. O conceito de vulnerabilidade atravessa toda a análise da autora, dado o aumento do declínio e da morte súbita do sobreiro em Portugal nos últimos anos, ainda que o montado seja considerado um exemplo de sucesso no uso sustentável do solo na Europa. Com efeito, o montado combina um alto nível de produção e conservação, justamente considerados como exemplares à luz dos actuais padrões ecológicos e ecossistémicos. Como mostra a autora, trata-se de uma vulnerabilidade que resulta de factores que vão das alterações no uso do solo, ao estabelecimento e aumento da agressividade de agentes patogénicos, ou mesmo a situações de *stress* hídrico. Paradoxalmente ou não, o texto revela-nos como as novas dimensões socioecológicas da paisagem – o turismo, a caça associativa ou a exploração de produtos silvestres –, correntemente mais associadas a um uso extensivo do território, nem sempre jogam a favor da redução do risco, da incerteza ou da imprevisibilidade. Na proposta apresentada, Anabela Marisa Azul sustenta que apenas uma análise profunda das inter-relações entre os agentes ecológicos, económicos, sociais e ambientais, associada a uma identificação das condições de vulnerabilidade e de sustentabilidade, pode ajudar a compreender o fenómeno estudado. Para tal, mobilizar o diálogo entre a ciência e outros saberes, assim como favorecer contextos que permitam modos de actuação colectiva, são parte da resposta que permite salvaguardar a resiliência do ecossistema em causa.

O ensaio de Hélder Raposo debruça-se sobre a 'suposta' padronização das práticas médicas a partir da análise da emergência e da consolidação da Medicina Baseada na Prova. O autor problematiza as dinâmicas de reconfiguração da profissão médica, num contexto de crescente importância da dimensão científica na

organização e na prestação dos cuidados de saúde. Entre defensores e críticos desta tendência, o autor procura mostrar os limites de um modelo que tem como objectivo conferir mais objectividade e validade aos processos de decisão clínica através de critérios epidemiológicos, entendido como requisito fundamental para a eficiência e eficácia dos recursos e investimentos em saúde. Hélder Raposo questiona igualmente as narrativas de esvaziamento de autoridade e de perda de autonomia no julgamento clínico, assim como as referentes ao processo de proletarianização e desprofissionalização da prática médica. Para o demonstrar recorre a casos específicos, contrapondo à crescente ênfase na padronização médica o carácter dinâmico e processual da produção e implementação de padrões. Não ignorando as pretensões universalizantes, o autor sustenta que o 'local conta'. Levando em consideração a tendência para a padronização, para o reforço dos protocolos e das *guidelines* e, ao mesmo tempo, a proliferação de novos discursos, racionalidades e práticas regulatórias, o texto propõe um procedimento negociado de padrões que interroge a capacidade da homogeneidade de superar diferenças. Será o protagonismo crescente das dimensões técnicas e tecnológicas 'canibalizador' da renovação médica que decorre das práticas quotidianas?

Ainda no domínio da análise de práticas profissionais, Vera Borges leva-nos para o terreno das artes performativas. Partindo de um estudo sobre actores e bailarinos, procura perceber se género e idade são factores explicativos da sua situação profissional. Levando em linha de conta as estratégias de formação associadas a cenários de forte incerteza de inserção profissional, que podem atravessar carreiras inteiras, preocupa à autora delinear os efeitos da idade e do género na capacidade de permanecer ou não no mercado de trabalho. O inquérito foi a metodologia escolhida para aferir sobre o trabalho no mundo das artes, independentemente da relação exclusiva, ou não, dos inquiridos com o teatro ou com a dança. Os dados parecem confirmar, mesmo em realidades sociais bastante diferenciadas, que a idade é o 'filho imperfeito' para as mulheres, seja pelo factor envelhecimento no caso do teatro (o rareamento de papéis disponíveis afigura-se determinante), seja pelo factor 'desfavorecimento' no caso da dança (independentemente do maior número de mulheres, as condições de trabalho tendem a ser menos satisfatórias). Contudo, e como bem mostra Vera Borges, a dimensão explicativa mais relevante nas artes performativas é a incerteza como estado permanente: por um lado, 'alimenta' até certo ponto a 'chama' criativa – pelas opções 'forçadas' que dela decorrem; por outro, é também ela que elimina, selecciona trajectórias de vida de homens e mulheres e de novos e velhos. Nesta óptica, as artes performativas não ficam longe de outros mundos do trabalho e os

trabalhadores performativos aproximam-se de outras categorias profissionais caracterizadas pela precariedade. O teatro e a dança são, deste modo, palcos privilegiados para analisar dilemas sociais e económicos dos tempos que correm.

‘A escrita é uma casa que visito mas onde não quero morar’, diz Mia Couto. Elena Brugioni leva-nos a esse mundo feito por quem o frequenta e a reinventa. Este texto propõe um itinerário crítico pela obra de Mia Couto e reflecte sobre a língua enquanto meio de representação estética e política. A escrita do autor configura, no entender de Elena Brugioni, uma prática de desconstrução institucional e ‘instrucional’ da língua portuguesa. Um ‘português outro’ ou uma língua libertada do ‘pacto exclusivo com uma única nação’ tornam a escrita de Mia Couto, na opinião da autora, um exercício de ‘subversão linguística’ – que pode ser entendida numa linha mais vasta de intervenção que caracteriza genericamente as literaturas africanas homóglotas no período pós-independência. Esta acaba por configurar-se, também, na construção de uma ‘moçambicanidade’ literária. Sendo identificáveis modalidades de desconstrução e descolonização na sua obra, ela não pode ser esvaziada do seu carácter individual e criativo – ‘as sabedorias que ganhamos apenas se de nós mesmos nos soubermos apagar’, parecem ilustrá-lo. Couto leva a língua até um ‘desmaio gramatical, em que o português perde todos os sentidos’. É neste contexto que a *tradução* é um conceito tão importante para compreender a obra deste autor e a forma como usa a sua escrita. A lógica da autenticidade linguística e cultural saem neutralizadas na sua obra, configurando-se como um acto de manipulação que, apesar de ‘acontecer’ na língua, a ultrapassa. O texto literário é, a partir desta perspectiva, um lugar de enunciação da diferença por excelência, um exercício de descolonização simbólica, em que a partilha do idioma se assume como o derradeiro ‘rasto do império’. À língua pode-se-lhe levantar as saias e experimentar a pele, abrindo todo um campo de recepção da obra literária que é marcado por dicotomias e enunciações que suscitam reacções diferenciadas, mas nunca inócuas.

Isabel Estrada Carvalhais leva-nos ao centro da ‘visão institucional’ europeia em matéria de gestão da imigração, para desvendar as tensões e os compromissos que lhe estão subjacentes. A ‘máquina’ europeia trata da questão migratória como uma técnica de gestão de fluxos de entradas e de saídas, mas é atravessada por tensões éticas não resolvidas. O domínio de uma lógica liberal nunca permitiu verdadeiramente ultrapassar a tensão entre o compromisso com os direitos humanos e as premissas de funcionamento de uma sociedade capitalista. É assim que, na perspectiva da autora, se compreende a manutenção de uma relação complexa e difícil com o ‘outro’, o imigrante, e a incapacidade de o ver como parte

integrante de um 'Eu' plural. Os discursos políticos oficiais produzidos no seio das instituições europeias têm, por isso, revelado incapacidade de gerir essa tensão, prevalecendo muitas vezes uma 'ética burguesa obediente'. A 'fractura colonial' permanece, mesmo que as histórias concretas dos países com o seu passado colonizador se tenham transfigurado. É também por tudo isto que continua a ser difícil responder à pergunta do que é 'ser-se europeu' ou se perpetua a não reflexão sobre as consequências das opções da UE em matéria de gestão dos fluxos migratórios. Afinal, o que nos dizem elas? Isabel Estrada Carvalhais mostra ainda que, numa Europa que enfrenta o desafio do declínio populacional, a manutenção de um modelo que separa a 'imigração que se quer' da 'imigração que não se quer' apenas alimenta um cenário onde a imigração 'ilegal' continua a sair 'mais barata' – tem o custo da aceitação pública, mas evita os da integração e da cidadania.

Marta Araújo

Laura Centemeri

Marisa Matias

Ana Cordeiro Santos